

Demonstrações Financeiras

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
BASE 31 DE DEZEMBRO DE 2015



Salvador, 31 de dezembro de 2015

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A, anuncia seus resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (DFP15). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1) PERFIL DA COMPANHIA

A Viabahia foi constituída em 11 de maio de 2009 com a finalidade de assumir a Concessão do Sistema Rodoviário descrito abaixo, através da assinatura de Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 03 de setembro de 2009 (“Contrato de Concessão”).

A assunção do Sistema Rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) transfere o Sistema Rodoviário e os bens da concessão, à Viabahia. A Concessionária tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

O Sistema Rodoviário objeto do Edital nº 001/2008, é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão:

RODOVIAS INTEGRANTES DO SISTEMA

- BR-116/BA - Feira de Santana – Divisa BA/MG
- BR-324/BA - Salvador – Feira de Santana
- BA-526 - Entrada BR-324 – Entrada BA-528
- BA-528 - Entrada BA-526 – Acesso Base Naval de Aratu

O Projeto já cumpriu marcos importantes previstos no Contrato de Concessão, entre eles a preparação da rodovia para o início da cobrança de pedágio nas sete praças. A última delas começou a operar em 31 de julho de 2011. Neste ano de 2011, além de manter o bom nível de operacionalização, desenvolvimento dos serviços de conserva, apoio mecânico e emergenciais, a Companhia realizou importantes trabalhos de recuperação do pavimento, desenvolvendo projetos de ampliação e melhoria e iniciando os trabalhos para duplicação dos

trechos obrigatórios. No ano de 2012 ocorreram satisfatórios avanços nos serviços de recuperação do pavimento e o início dos trabalhos da duplicação obrigatória. Os Anos seguintes a 2013 foi verificado um significativo avanço nas obras de duplicação e outras melhorias operacionais no sistema rodoviário administrado.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:

| Informações Contábeis | Valores Expressos em R\$ Mil | |
|--|------------------------------|---------------|
| | DF 15 | DF 14 |
| a. Patrimônio Líquido | 579.708 | 398.591 |
| b. Ativo Total | 2.042.419 | 1.861.898 |
| c. Receita Líquida | 454.488 | 666.126 |
| d. Resultado Bruto | 88.830 | 119.893 |
| e. Resultado Líquido | (17.744) | 31.985 |
| f. Número de ações, ex-tesouraria | 311.432 | 147.826 |
| g. Valor patrimonial da ação | 1,86 | 2,70 |
| h. Resultado líquido por ação | (0,06) | 0,22 |
| i. Outras informações contábeis selecionadas | Não Aplicável | Não Aplicável |

| Informações Contábeis | Valores Expressos em R\$ Mil | |
|---|------------------------------|----------|
| | DF 15 | DF 14 |
| a. Lucro Bruto | 88.830 | 119.893 |
| b. Despesas Gerais e Administrativas e outras | (28.068) | (19.818) |
| c. Amortizações e Depreciações (+) | 56.030 | 39.708 |
| d. EBITDA | 116.792 | 139.783 |

2) EVOLUÇÃO DO TRAFEGO NA RODOVIA

2.1) COMPOSIÇÃO DO TRAFEGO POR MODALIDADE DE PAGAMENTO

O Sistema Rodoviário administrado pela Companhia tem as seguintes características:

- A BR-324 compreende uma importante interligação estadual, atravessando uma região de alta densidade demográfica, com várias cidades de médio porte e próximas entre si. Este trecho interliga a capital Salvador e o município de Feira de Santana que são polos de atração das viagens realizadas neste trecho, com grande utilização de veículos de passeio e motocicletas.
- A BR-116, por sua vez, caracteriza-se pelo intenso tráfego de veículos comerciais, com predomínio de viagens de passagem pela área de influência da rodovia, demonstrando que exerce um papel de eixo de integração Norte-Sul do país, interligando a região Nordeste às regiões Sul e Sudeste.

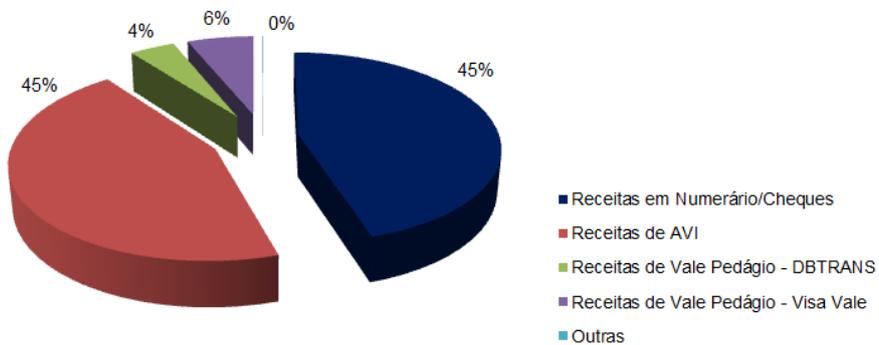
Neste cenário, registra-se que 45% dos veículos que trafegam pelas praças de pedágio

registram o pagamento à vista.

Essa característica permite à Companhia geração de caixa durante todos os meses, auxiliando-a nas suas demandas e obrigações de curto prazo.

Gráfico de Receita por Modalidade de Pagamentos 2015

(31/12/2015)

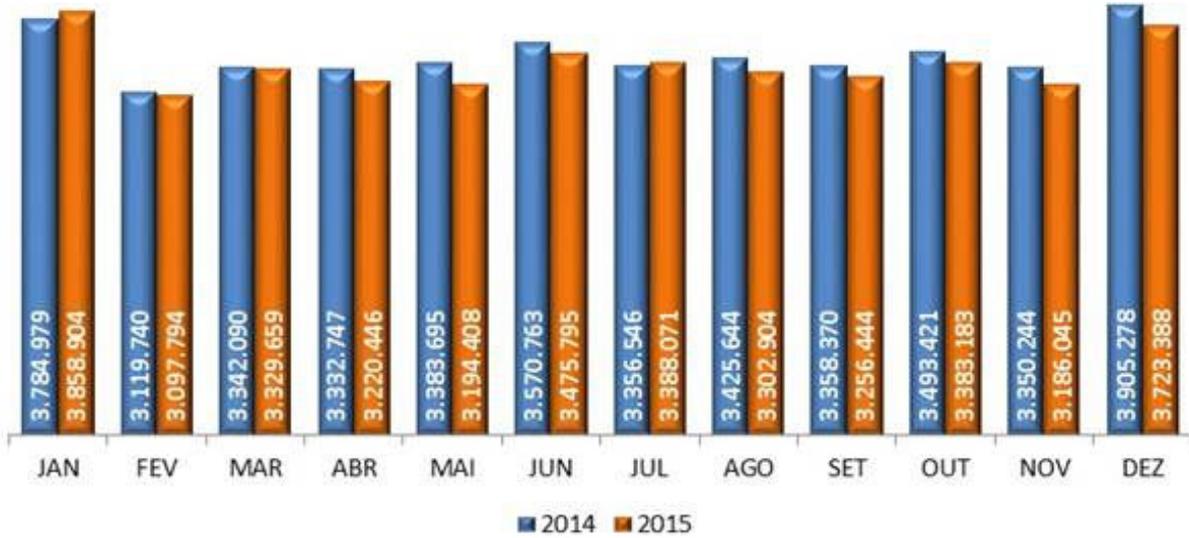


| | DF15 Em R\$ Mil |
|--------------------------------------|--------------------|
| Receitas em Numerário/Cheques | 108.325 |
| Receitas de AVI | 106.526 |
| Receitas de Vale Pedágio - DBTRANS | 10.093 |
| Receitas de Vale Pedágio - Visa Vale | 14.791 |
| Outras | 94 |

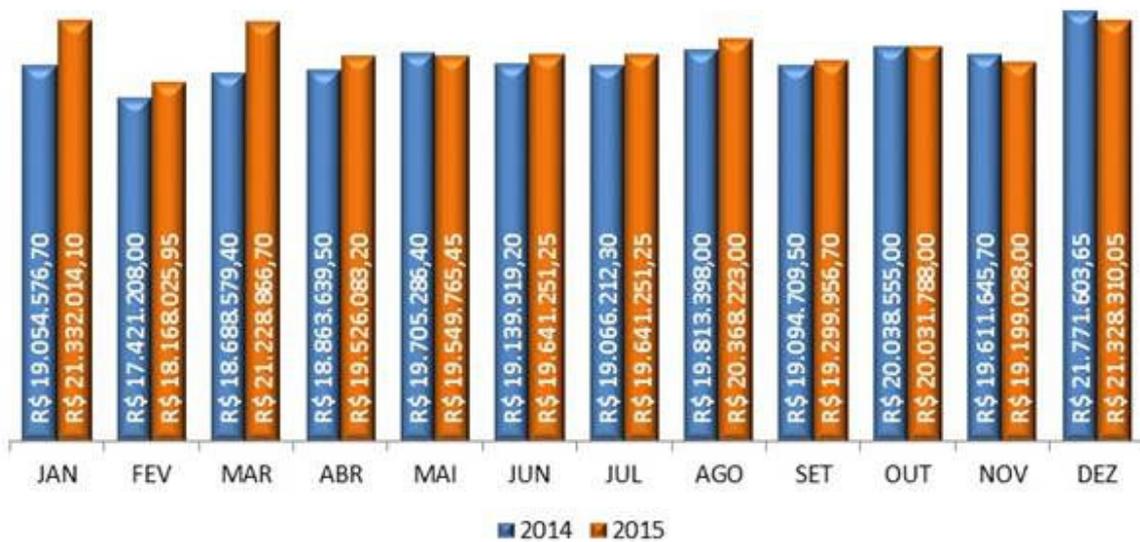
Desempenho Operacional nas Rodovias

Abaixo apresentamos os quadros de Trafego Total e Arrecadação total que demonstram a evolução operacional das rodovias administradas pela Viabahia.

TRAFEGO TOTAL



ARRECAÇÃO TOTAL



3) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

Condizente com outras empresas do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total da dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 comparado ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, ocorrem aumentos no total de empréstimos e financiamentos devido principalmente a liberação parcial de mais uma parcela do empréstimo de longo prazo referente ao contrato CT 12.2.1240.1 firmado em 11 de dezembro de 2012 com o BNDES e bancos de repasse.

As operações de Empréstimos podem ser assim demonstradas no seguinte quadro:

| | Taxa efetiva | Principal e encargos | | Total | |
|--|-------------------------------------|----------------------|----------------|----------------|----------------|
| | | Circulante | Não circulante | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Moeda nacional | | | | | |
| BNDES (i) | TJLP + 2,16% a.a. | 41.364 | 573.846 | 615.210 | 569.479 |
| (-) Custos de transação | | (1.054) | (4.297) | (5.351) | (12.613) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | | (27.937) | - | (27.937) | (23.835) |
| Subtotal - BNDES | | 12.373 | 569.549 | 581.922 | 533.031 |
| BES (i) | TJLP + 5,2% a.a. | 3.815 | 61.147 | 64.962 | 59.644 |
| (-) Custos de transação | | - | - | - | - |
| Subtotal - BES | | 3.815 | 61.147 | 64.962 | 59.644 |
| Votorantim (i) | TJLP + 5,55% a.a. | 3.696 | 59.723 | 63.419 | 58.188 |
| (-) Custos de transação | | (73) | (309) | (382) | (1.140) |
| Subtotal - Votorantim | | 3.623 | 59.414 | 63.037 | 57.048 |
| Banco ABC (i) | TJLP + 5,3% a.a. | 2.534 | 40.799 | 43.333 | 39.771 |
| (-) Custos de transação | | (280) | (1.185) | (1.465) | (2.115) |
| Subtotal - ABC | | 2.254 | 39.614 | 41.868 | 37.656 |
| Banco do Brasil (ii) | 2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a. | 331 | 60 | 391 | 891 |
| Banco Safra (iii) | 2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a. | 12.088 | - | 12.088 | 39.490 |
| (-) Custos de transação | | - | - | - | (204) |
| | | 12.088 | - | 12.088 | 39.286 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | 34.484 | 729.784 | 764.268 | 727.556 |

Do valor financiado de R\$ 1,367 bilhões (R\$ 1,052 bilhões BNDES direto e R\$ 317 MM bancos

repassadores – BES, Votorantim e ABC), temos o seguinte histórico de desembolsos:

Em 17 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 293.980, esta parcela foi utilizada para a liquidação automática do empréstimo ponte contratado em 30 de dezembro de 2010 sob o número 10.2.1960.1 no montante de R\$ 290.000 (duzentos e noventa milhões de reais). Em 20 de dezembro de 2012, ocorreram mais dois desembolsos complementares, no valor de R\$ 79.479 a uma parcela remanescente de R\$ 2.749.

O saldo desta operação será utilizado para fazer frente aos investimentos previstos no contrato de concessão, nos meses de Janeiro a Março/13. A soma destes montantes capitados em Dezembro/12 totaliza R\$376.209.

Em 11 de Junho de 2013 o BNDES desembolsou R\$ 5.057. Esta 2ª fase de captação contou com a participação dos bancos repassadores que desembolsaram juntos o montante de R\$ 65.580.

Nos dias 26 e 27 de Setembro de 2013 foi captado o montante líquido de R\$ 74.350 que corresponde a 3ª fase de liberações do empréstimo junto ao BNDES com bancos repassadores. Nesta liberação o BNDES desembolsou R\$ 26.532 e os bancos repassadores desembolsaram juntos o valor de R\$ 47.818.

Em 26 e 27 de dezembro de 2013, foi capitado o montante líquido de R\$ 77.195 que corresponde a 4ª fase de liberações desta operação de longo prazo. O BNDES participou nesta liberação com o montante de R\$ 61.836 enquanto os bancos repassadores desembolsaram juntos R\$ 15.359.

Estas liberações ocorridas em 2013 encerram a utilização do 1º Sobredito “A” do contrato com o BNDES e bancos repassadores. Em 2014 inicia-se uma nova etapa do contrato com a abertura do 2º Subredito “B” com liberações previstas para o mês de Maio 2014.

A primeira liberação do novo Subcrédito “B” ocorreu entre os dias 22 e 29 de maio de 2014, totalizando R\$ 72.731 tendo a seguinte distribuição entre os bancos envolvidos: R\$ 54.971 BNDES, R\$ 4.482 Banco ABC, R\$ 6.555 Banco Votorantim e R\$ 6.723 Banco Bes.

A segunda liberação do subcrédito “B” ocorreu no dia 26 de setembro de 2014 e no montante total de R\$ 72.776 tendo a seguinte distribuição entre os bancos integrantes da operação: R\$ 59.248 BNDES, R\$ 3.414 Banco ABC, R\$ 4.993 Banco Votorantim e R\$ 5.121 Banco Bes.

A terceira liberação do subcrédito “B” e a primeira liberação parcial do subcrédito “C” ocorreram nos dias 24 e 27 de março de 2015 no montante total de R\$ 55.917 tendo a seguinte distribuição entre os bancos integrantes da operação: R\$ 48.119 BNDES e R\$ 7.798 Banco Votorantim.

A liberação dos bancos Bes e ABC foi realizada nos meses de Maio e Julho/15 corresponde ao montante de R\$ 13.329 tendo a seguinte distribuição: R\$ 7.997 referente ao banco BES e R\$ 5.332 do banco ABC.

Em 26 de novembro de 2015 ocorreu uma liberação no valor líquido de 27.017, realizada apenas pelo BNDES.

4) RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2015 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil.

5) DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

As informações financeiras da Viabahia Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

PAULO JORGE LOPES OLIVEIRA ANDRÉ
VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS
DIRETOR DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1189 17º Andar - Pituba
41820-021 - Salvador, BA, Brasil
Tel: (5571) 3501-9000
Fax: (5571) 3501-9019
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 04 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|------------------|-------------|
| Passivo e patrimônio líquido | | |
| Circulante | | |
| Fornecedores (Nota 10) | 76.789 | 124.667 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 11) | 34.484 | 58.901 |
| Salários e encargos sociais | 7.653 | 6.364 |
| Tributos a recolher | 3.899 | 4.094 |
| Verba de fiscalização e segurança no trânsito (Nota 15) | 459 | 420 |
| Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13) | 15.947 | 10.831 |
| Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12) | 192.737 | 419.387 |
| Dividendos a pagar | - | 7.512 |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios (Nota 24) | 868 | 794 |
| Outros passivos | 2.284 | 1.936 |
| | 335.120 | 634.906 |
| Não circulante | | |
| Fornecedores (Nota 10) | - | 3.393 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 11) | 729.784 | 668.655 |
| Tributos diferidos (Nota 14) | 4.448 | 13.304 |
| Parcelamentos de dívidas com ANTT (Nota 13) | 3.403 | 3.666 |
| Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 12) | 389.956 | 139.383 |
| | 1.127.591 | 828.401 |
| Patrimônio líquido (Nota 16) | | |
| Capital social | 591.516 | 369.781 |
| Reservas de lucros | 5.936 | 28.810 |
| Prejuízos acumulados | (17.744) | - |
| | 579.708 | 398.591 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 2.042.419 | 1.861.898 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) básico e diluído por ação expresso em reais)

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|------------------|-------------|
| Operações continuadas | | |
| Receita operacional líquida (Nota 17) | 454.488 | 666.126 |
| Custo dos serviços prestados (Nota 18) | (365.658) | (546.233) |
| Lucro bruto | 88.830 | 119.893 |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 19) | (28.068) | (19.818) |
| Honorários da Administração (Nota 7) | (661) | (1.018) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas (Nota 20) | (239) | 1.029 |
| Lucro operacional | 59.862 | 100.086 |
| Receitas financeiras (Nota 21) | 4.010 | 5.676 |
| Despesas financeiras (Nota 21) | (90.471) | (56.243) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (26.599) | 49.519 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 22) | - | (7.394) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 22) | 8.855 | (10.140) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (17.744) | 31.985 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - Em R\$ (Nota 23) | (0,06) | 0,21 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|--|-----------------|---------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (17.744) | 31.985 |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(17.744)</u> | <u>31.985</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

| | Capital social Integralizado | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reservas de lucros | | | Prejuízos acumulados | Total |
|--|---------------------------------|---|--------------------|-----------------|-----------------------|-------------------------|-----------------|
| | | | Legal | Retenção | Incentivos fiscais | | |
| Em 1º de janeiro de 2014 | 214.862 | - | 4.337 | 23.721 | 6.445 | - | 249.365 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 116.846 | - | - | - | - | 116.846 |
| Aumento de capital | 154.919 | (116.846) | - | (23.721) | (6.445) | - | 7.907 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 31.985 | 31.985 |
| Destinação do lucro líquido do exercício | | | | | | | |
| Dividendos | - | - | - | - | - | (7.512) | (7.512) |
| Constituição de reservas | - | - | 1.599 | 22.538 | 336 | (24.473) | - |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 369.781 | - | 5.936 | 22.538 | 336 | - | 398.591 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16) | - | 191.349 | - | - | - | - | 191.349 |
| Aumento de capital (Nota 16) | 221.735 | (191.349) | - | (22.538) | (336) | - | 7.512 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (17.744) | (17.744) |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 591.516 | - | 5.936 | - | - | (17.744) | 579.708 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|-------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (26.599) | 49.519 |
| Ajustes de | | |
| Depreciação e amortização | 56.030 | 39.708 |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios | 74 | 424 |
| Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos | 69.277 | 27.892 |
| AVP da provisão para investimento da rodovia | 14.358 | 14.324 |
| Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>) | - | 2.102 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 167 | - |
| Valor residual da baixa de ativo imobilizado | 1.702 | 36 |
| Margem de construção | (5.874) | (19.856) |
| | 109.135 | 114.149 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Contas a receber | 1.288 | (1.589) |
| Tributos a recuperar | (226) | (1.736) |
| Despesas antecipadas | (704) | (86) |
| Títulos e valores mobiliários | (1.232) | (13.998) |
| Outros ativos | (1.414) | (977) |
| Fornecedores | (51.271) | 41.889 |
| Salários e encargos sociais | 1.289 | 1.242 |
| Tributos a recolher | 1.505 | 1.885 |
| Outros passivos | 5.241 | 14.586 |
| Caixa gerado nas operações | 63.611 | 155.365 |
| Juros pagos sobre empréstimos | (69.150) | (50.773) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (1.331) | (9.462) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | (6.870) | 95.130 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | (713) | (456) |
| Aquisições de bens do ativo intangível | (211.973) | (411.436) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (212.686) | (411.892) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 100.780 | 181.915 |
| Liquidação operação de <i>swap</i> | - | (930) |
| Pagamento de custos de transação | - | (653) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (71.397) | (42.785) |
| Aumento de capital | 191.349 | 116.846 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 220.732 | 254.393 |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 1.176 | (62.369) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 12.720 | 75.089 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 13.896 | 12.720 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|-------------|
| Receitas | 475.536 | 686.448 |
| Receita de construção | 232.830 | 451.818 |
| Receita de pedágio e acessórias | 242.706 | 234.630 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (303.898) | (497.622) |
| Custo do serviço de construção | (226.956) | (431.962) |
| Custo da concessão | (59.164) | (54.140) |
| Outras despesas | (17.778) | (11.520) |
| Valor adicionado bruto | 171.638 | 188.826 |
| Depreciação e amortização | (56.030) | (39.708) |
| Valor adicionado líquido produzido | 115.608 | 149.118 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 4.010 | 5.676 |
| Outras receitas | 2.702 | 15.721 |
| Valor adicionado total a distribuir | 122.320 | 170.515 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | 25.131 | 22.583 |
| Remuneração direta | 16.286 | 14.582 |
| Benefícios | 6.370 | 5.394 |
| Rescisões | 694 | 446 |
| Honorários da diretoria | 661 | 1.018 |
| Encargos sociais (exceto INSS) | 1.053 | 959 |
| Outros | 67 | 184 |
| Impostos, taxas e contribuições | 19.926 | 56.399 |
| PIS/COFINS sobre faturamento | 8.939 | 8.601 |
| Imposto de renda e contribuição social | (8.855) | 17.535 |
| INSS (sobre folha de pagamento) | 4.317 | 3.349 |
| ISS sobre faturamento | 12.109 | 11.722 |
| Outros | 3.416 | 15.192 |
| Remuneração de capitais próprios | (17.744) | 31.985 |
| Prejuízos | (17.744) | - |
| Dividendos distribuídos | - | 7.512 |
| Reservas de lucros | - | 24.473 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 95.007 | 59.548 |
| Juros e variações cambiais | 90.471 | 56.243 |
| Aluguéis | 4.536 | 3.305 |
| Valor adicionado distribuído | 122.320 | 170.515 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede em Salvador - Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116/BA Feira de Santana - Divisa BA/MG
- BR-324/BA Salvador - Feira de Santana
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia - PER estabelece dois grandes marcos durante o período de concessão:

- **Obras iniciais:** compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia a abril de 2010, mas que foram finalizados e recebidos pela ANTT em 29 de outubro de 2010 devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia, dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições de faixas.
- **Recuperação:** obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário e estabelece que esses trabalhos deverão ser iniciados imediatamente após a conclusão dos Trabalhos Iniciais, estendendo-se no máximo até o final do 5º (quinto) ano do Prazo da Concessão (outubro de 2014), sendo que, dentro desse limite, prazos distintos foram estabelecidos para conclusão dos diferentes serviços.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Uma série de ocorrências, das mais distintas naturezas, acabou por acarretar dificuldades e/ou impedimento quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos para conclusão dos Serviços de Recuperação até o final do 5º ano do prazo de Concessão. Dentre estas, destacam-se as seguintes:

- Atraso na assinatura do Termo de Cessão de Bens;
- Informações incompletas referente a projetos de recuperação;
- Limitações operacionais que dificultam a realização de intervenções profundas nos elementos das rodovias (composta por pista simples na maior parte de sua extensão ou em razão do grande volume de tráfego em pista dupla);
- Dificuldades encontradas em função de problemas com o fornecimento de CAP - Cimento Asfáltico de Petróleo, ocorrido em todo Estado da Bahia.

No ano de 2015, as obras concluídas pela Companhia de maior relevância foram:

- Iluminação de 22 quilômetros entre Salvador e Simões Filho, perfazendo mais de 75 quilômetros de postes instalados e recuperados ao longo da BR 324 e BR 116;
- Instalação de oito passarelas e recuperação de outras seis, aumentando para 31 passarelas construídas ao longo da rodovia;
- Avanço significativo nas obras de duplicação obrigatória com a entrega de 68 quilômetros entre Feira de Santana até o rio Paraguaçu e do Anel do Contorno Sul de Feira de Santana.

Adicionalmente, além da realização de obras obrigatórias de recuperação, o PER prevê:

- realização de obras de duplicação de pista em 13 (treze) sub-trechos da rodovia BR 116, que totalizam 441,6 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um Volume Médio Diário (VMD) por sub-trecho de 6.500 veículos.
- implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos em 3 (três) sub-trechos da rodovia BR 324, que totalizam 106,7 Km de extensão, condicionadas ao atingimento de um VMD por sub-trecho de 70.000 veículos.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Após atingimento dos referidos níveis de tráfego, a Companhia terá um prazo de 12 (doze) meses para conclusão das obras de ampliação de capacidade contados da data que foi verificado que o VMD do respectivo sub-trecho atingiu os níveis descritos acima. Adicionalmente, na hipótese de o VMD de diferentes sub-trechos da rodovia BR 116 ser atingido em um intervalo inferior a 12 (doze) meses, a concessionária não estará obrigada a realizar obras de duplicação cuja soma exceda 90 km anuais.

Desde 2013, foram atingidos os níveis de VMD que implicam no início das obras de duplicação de pista de determinados sub-trechos da rodovia BR 116, com extensão total de 110 Km. Os projetos e cronograma de duplicação estão em fase de análise pela ANTT e de autorização do IBAMA para a liberação das licenças ambientais para início das obras. A Companhia estima investimento de R\$ 405.000 necessários à realização dos 90 km anuais de duplicação de pista, obras essas que deverão ser realizadas no prazo a ser definido de acordo com negociações que vem sendo realizadas junto à ANTT e IBAMA.

Dessa forma, ciente de que os motivos acima descritos provocariam a ocorrência de atraso superior ao tempo originalmente previsto no PER, a Companhia apresentou antecipadamente à ANTT, em 10 de setembro de 2014, um "Plano de Ação" para o efetivo cumprimento das denominadas Obras e Serviços de Recuperação.

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia protocolou junto a ANTT novo plano de ação para execução de intervenções remanescentes previstas no Programa de Exploração Rodoviária – PER e pertinentes à Fase de Recuperação e ao Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 11 de outubro de 2013 assim como para início das obras de duplicação condicionadas.

Caso este plano seja aceito pela ANTT, bem como pelo BNDES, a Companhia propõe a execução em 24 meses contados a partir de 1 de janeiro de 2016, de todas as obras pendentes do PER referentes a recuperação, ampliação da capacidade da rodovia, obras de artes especiais, sinalizações, terraplenos e iluminação. Em relação às obras de duplicação condicionadas, foi proposto pela Companhia o início das obras imediatamente após finalização das obras pendentes do PER, a partir de 1 de janeiro de 2018, em um ritmo de até 60km de duplicação anuais. O financiamento das obras pendentes será realizado através de aportes de capital dos acionistas e com o saldo remanescente do financiamento de longo prazo aprovado pelo BNDES.

As discussões com a ANTT encontram-se em andamento e a Companhia espera um desfecho no exercício de 2016.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 04 de março de 2016.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.1 Aprovação para alteração do acionista controlador indireto:

Em 19 de outubro de 2015, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE a proposta de alteração do controle indireto acionário da Companhia. Com essa alteração, 80,77% da participação indireta na mesma, pertencente à Isolux Infrastructure Netherlands ("Isolux Netherlands") será transferida para a PSPEUR S.ár.1. ("PSPEUR"), uma holding subsidiária do Public Sector Pension Investment Board - PSPIB, fundo de pensão Canadense.

Desde 2012, o Grupo Isolux Corsán Concesiones S.A., por meio da sua subsidiária Isolux Netherlands, controla e possui 80,77% de participação indireta na Companhia, enquanto o Public Sector Pension Investment Board – PSPIB, através da sua subsidiária PSPEUR, detém o restante da participação indireta correspondente a 19,23%.

Em 18 de dezembro de 2015, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou a reestruturação societária em questão. Adicionalmente, o BNDES aprovou a substituição da fiança corporativa e demais obrigações contratuais dos atuais fiadores do contrato de financiamento que a Companhia possui junto à instituição financeira, sujeito a:

- (i) Compromisso de integralização de Capital pela Isolux Netherlands na Companhia em 2016 no montante de R\$ 206.000;
- (ii) Apresentação ao BNDES por parte do novo garantidor de instrumento de garantia pessoal;
- (iii) Prévia anuência dos atuais fiadores do contrato de financiamento.

Conforme divulgado na nota 27, no dia 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT concedeu anuência prévia para a operação de transferência da participação indireta na Companhia para a PSPEUR.

Após conclusão de todo o processo de aprovação, a transação será efetivada no nível das controladoras indiretas estrangeiras da Companhia, não sendo esperadas alterações societárias a nível Brasil.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. 5º Revisão Ordinária e a 8ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio (TBP):

Em 4 de dezembro de 2015, a ANTT concluiu a análise da 5º Revisão Ordinária e a 8ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), alterando a TBP de R\$2,20237, aprovada na 7ª Revisão para R\$2,30975, representando um acréscimo de 4,88%.

Conforme previsão contratual, em função do atendimento aos parâmetros de desempenho da rodovia e da obrigação da concessionária quanto às obras de duplicação, o desconto do reequilíbrio apurado foi de 9,78%. Considerando que o IRT- Índice de Reajuste da Tarifa de 2015 é de 1,75362, correspondente a variação de 9,94% em relação ao ajuste anterior, a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) reajustada, com o efeito do desequilíbrio, foi de R\$3,40 para R\$3,70.

Em 3 de março de 2015, foi publicada no diário oficial a Lei Federal nº 13.103 que isenta veículos de transporte de carga que circularem vazios da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos. Baseado nos volumes isentos efetivamente observados, o poder concedente promoveu o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a 8ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) da Companhia ocorrida em 4 de dezembro de 2015 mencionada acima.

1.3. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou capital circulante negativo de R\$ 303.326 (R\$ 604.668 em 31 de dezembro de 2014) devido, principalmente, à constituição da provisão para investimentos previstos em ampliação e recuperação da rodovia no passivo circulante no montante de R\$ 192.737.

A expectativa da Administração é de que alguns fatos revertam esta situação, produzindo capacidade econômica de realização de todos os projetos da Companhia:

- (i) Alongamento do perfil da dívida: a Companhia, buscando gerar sustentabilidade econômica ao negócio, obteve em 21 de novembro de 2012, a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R\$1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2015 pode ser assim sumariado:

| Bancos | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total |
|---------------------------------|---------|---------|---------|--------|---------|
| BNDES | 376.209 | 93.425 | 114.219 | 75.153 | 659.006 |
| Banco ABC Brasil S.A. | - | 32.654 | 7.896 | 5.832 | 46.382 |
| BES Investimento do Brasil S.A. | - | 48.741 | 11.844 | 7.997 | 68.582 |
| Banco Votorantim S.A. | - | 47.522 | 11.548 | 7.798 | 66.868 |
| | 376.209 | 222.342 | 145.507 | 96.780 | 840.838 |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

1.3. Capital circulante líquido--Continuação

- (ii) Fluxo constante de receitas operacionais: a Companhia tem na arrecadação do pedágio sua principal fonte de recursos. O tráfego nas rodovias administradas é composto, em sua maioria, por veículos comerciais e a receita originária desta cobrança do pedágio varia principalmente pelos tempos e estações das fases de produção econômica dos municípios baianos, escoação de safra e circulação de mercadorias produzidas no sul do país com destino à região Nordeste. A Viabahia vem aperfeiçoando os sistemas de atendimento ao usuário, recuperando a malha rodoviária de sua responsabilidade, executando obras de duplicação e melhorando a qualidade das rodovias administradas. É esperado que o efeito do investimento previsto/realizado pela Companhia refletirá diretamente no aumento do tráfego e incremento da receita.
- (iii) Revisão do cronograma das obras obrigatórias: conforme já divulgado, a Companhia propôs à ANTT a execução de todas as obras pendentes do PER referentes a recuperação, ampliação da capacidade da rodovia, obras de artes especiais, sinalizações, terraplenos e iluminação, cujas obrigações encontravam-se registradas totalmente no curto prazo, em 24 meses contados a partir de 1 de janeiro de 2016.
- (vi) Aportes de capital: existe a intenção da realização de aportes de capital pelos acionistas controladores em volumes suficientes para cobrir eventuais necessidades de caixa, em linha com o ocorrido no exercício e em anos anteriores.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, avaliação da provisão para investimentos pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos e contas a pagar. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.4. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Mensuração do valor justo--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; e (ii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo a ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota 9.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.9. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Impostos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

| Pronunciamento | Objetivo |
|--|---|
| IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) | Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. |
| IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018) | A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. |
| IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) | A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. |
| Alteração IFRS 11 Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016) | A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta |
| Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.) | Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. |
| Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.) | As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos. |
| IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016) | Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente. |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor--Continuação

| Pronunciamento | Objetivo |
|--|---|
| IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016) | Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação. |
| IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações | Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C). |
| Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016) | Tem o objetivo de esclarecer : (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial. |

A Administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota 17.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Intangível - ICPC 01 - Contratos de concessão

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual é amortizado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,43% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|---------------|---------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 1.929 | 1.316 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 11.967 | 11.404 |
| | <u>13.896</u> | <u>12.720</u> |

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99,5% a 101%.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|-------------|
| Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP) | 9.697 | 10.089 |
| Visa vale pedágio | 25 | 62 |
| DBTRANS - vale-pedágio | 732 | 809 |
| ConectCar | 154 | 78 |
| Outros | 1.112 | 1.970 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (167) | - |
| | 11.553 | 13.008 |

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 9.697 (R\$ 10.089 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”) serão repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração considerando a composição do seus contas a receber em atraso, e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

6 Despesas antecipadas

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|--------------|-------------|
| Seguros (i) | 2.153 | 1374 |
| Riscos de engenharia | 173 | 159 |
| Responsabilidade civil | 7 | 11 |
| Riscos nomeados e operacionais | 818 | 697 |
| Garantia de execução da obra | 1.155 | 507 |
| Benefícios pagos antecipadamente (ii) | 613 | 617 |
| Outras despesas | 19 | 90 |
| | 2.785 | 2.081 |

(i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período.

(ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas

a) Serviços de construção partes relacionadas

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|-------------------------------------|---------------|----------------|
| Custos de construção: | | |
| Engevix Engenharia S/A | 577 | 33.329 |
| Isolux Projetos e Instalações Ltda. | 10.062 | 85.491 |
| | <u>10.639</u> | <u>118.820</u> |
| | | |
| Fornecedores: | <u>2015</u> | 2014 |
| Engevix Engenharia S/A | 6.318 | 6.261 |
| Isolux Projetos e Instalações Ltda. | 6.631 | 15.020 |
| | <u>12.949</u> | <u>21.281</u> |

Serviços prestados conforme contrato de empreitada a preço global assinado em 2011, com o Consórcio Construtor Rodobahia. Em 2015 o referido contrato foi rescindido e o saldo em aberto no passivo junto às empresas consorciadas no montante de R\$12.949 se refere a cauções contratuais retidos pela Companhia durante o tempo de garantia das obras realizadas. A partir desse momento as obras passaram a ser contratadas com empresas tercearizadas objeto de licitação a cada obra a executar.

b) Honorários da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 661 (R\$1.018 em 31 de dezembro de 2014). Não existem outros benefícios concedidos aos administradores.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

| | Edificações e benfeitorias | Equipamentos e instalações | Computadores e periféricos | Móveis e utensílios | Veículos | Instalações | Outras imobilizações | Imobilizado andamento | Total |
|------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|----------|-------------|----------------------|-----------------------|---------|
| Em 1º de janeiro de 2014 | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 3.400 | 745 | 1.122 | 1.152 | 62 | 298 | 29 | 6.808 |
| Aquisições | - | 169 | 220 | 58 | - | - | - | 9 | 456 |
| Baixas | - | (30) | - | - | - | - | - | (6) | (36) |
| Transferência | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação | - | (420) | (407) | (157) | (360) | (7) | (38) | - | (1.389) |
| Saldo contábil, líquido. | - | 3.119 | 558 | 1.023 | 792 | 55 | 260 | 32 | 5.839 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| Custo | 384 | 4.274 | 2.192 | 1.595 | 1.801 | 73 | 381 | 32 | 10.732 |
| Depreciação acumulada | (384) | (1.155) | (1.634) | (572) | (1.009) | (18) | (121) | - | (4.893) |
| Saldo contábil, líquido | - | 3.119 | 558 | 1.023 | 792 | 55 | 260 | 32 | 5.839 |
| Em 1º de janeiro de 2015 | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 3.119 | 558 | 1.023 | 792 | 55 | 260 | 32 | 5.839 |
| Aquisições | - | 502 | 118 | 21 | 10 | - | - | 62 | 713 |
| Baixas | - | (1.777) | - | - | (1.761) | - | - | - | (3.538) |
| Baixa Depreciação | - | 611 | - | - | 1.225 | - | - | - | 1.836 |
| Depreciação | - | (395) | (279) | (161) | (244) | (7) | (38) | - | (1.124) |
| Saldo contábil, líquido | - | 2.060 | 397 | 883 | 22 | 48 | 222 | 94 | 3.726 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | | |
| Custo | 384 | 2.999 | 2.310 | 1.616 | 50 | 73 | 381 | 94 | 7.907 |
| Depreciação acumulada | (384) | (939) | (1.913) | (733) | (28) | (25) | (159) | - | (4.181) |
| Saldo contábil, líquido | - | 2.060 | 397 | 883 | 22 | 48 | 222 | 94 | 3.726 |
| Taxas médias anuais de depreciação | 10 | 10 | 20 | 10 | 20 | 10 | 10 | - | - |

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Intangível

| | Recuperação | Operação | Melhoramentos | Softwares | Intangível em formação | Total |
|---|-------------|----------|---------------|-----------|------------------------|-----------|
| Em 1º de janeiro de 2014 | | | | | | |
| Saldo inicial | 588.862 | 81.708 | 330.080 | 1.655 | 307.436 | 1.309.741 |
| Adição | 407.314 | 14.058 | 9.937 | 73 | 121.198 | 552.580 |
| Amortização | (23.316) | (2.992) | (11.452) | (558) | - | (38.318) |
| Saldo contábil, líquido. | 972.860 | 92.774 | 328.565 | 1.170 | 428.634 | 1.824.003 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | | | | | |
| Custo | 1.029.667 | 100.623 | 363.326 | 2.916 | 428.634 | 1.925.166 |
| Amortização acumulada | (56.807) | (7.849) | (34.761) | (1.746) | - | (101.163) |
| Saldo contábil, líquido | 972.860 | 92.774 | 328.565 | 1.170 | 428.634 | 1.824.003 |
| Em 1º de janeiro de 2015 | | | | | | |
| Saldo inicial | 972.860 | 92.774 | 328.565 | 1.170 | 428.634 | 1.824.003 |
| Adição | 169.872 | 25.295 | - | 430 | 39.676 | 235.273 |
| Transferências | 35.969 | - | 363.112 | - | (399.081) | - |
| Amortização | (31.384) | (3.042) | (19.980) | (500) | - | (54.906) |
| Saldo contábil, líquido | 1.147.317 | 115.027 | 671.697 | 1.100 | 69.229 | 2.004.370 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | |
| Custo | 1.235.508 | 125.918 | 726.438 | 3.346 | 69.229 | 2.160.439 |
| Amortização acumulada | (88.191) | (10.891) | (54.741) | (2.246) | - | (156.069) |
| Saldo contábil, líquido | 1.147.317 | 115.027 | 671.697 | 1.100 | 69.229 | 2.004.370 |
| Prazo remanescente de amortização / Vida útil estimada - Softwares (anos) | 19 | 19 | 19 | 5 | - | - |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado como custo de operação, por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de realização dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do termo contratual.

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|-------------|
| Investimentos realizados (Nota 12) | 185.602 | 337.675 |
| Adições ao intangível (Nota 9) | 235.273 | 552.580 |
| Acréscimo da provisão (Nota 12) | (195.167) | (431.309) |
| Capitalização de juros (Nota 21) | (7.861) | (27.654) |
| Margem de construção (Nota 17) | (5.874) | (19.856) |
| Aquisições demonstradas no fluxo de caixa | 211.973 | 411.436 |

ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos em duplicação de pista ainda não concluídos que representam potencial de geração de receita adicional através do incremento do tráfego.

10. Fornecedores

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|---------------|-------------|
| Contas a pagar aos fornecedores (i) | 47.289 | 92.190 |
| Cauções contratuais (ii) | 29.500 | 35.870 |
| Total | 76.789 | 128.060 |
| Circulante | 76.789 | 124.667 |
| Não circulante | - | 3.393 |

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços. Deste total, conforme divulgado na nota 7, R\$12.949 refere-se a cauções em aberto junto a partes relacionadas.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos

| | Taxa efetiva | Principal e encargos | | Total | |
|--|-------------------------------------|----------------------|----------------|----------------|----------------|
| | | Circulante | Não circulante | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Moeda nacional | | | | | |
| BNDES (i) | TJLP + 2,16% a.a. | 41.364 | 573.846 | 615.210 | 569.479 |
| (-) Custos de transação | | (1.054) | (4.297) | (5.351) | (12.613) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | | (27.937) | - | (27.937) | (23.835) |
| Subtotal - BNDES | | 12.373 | 569.549 | 581.922 | 533.031 |
| BES (i) | TJLP + 5,2% a.a. | 3.815 | 61.147 | 64.962 | 59.644 |
| Votorantim (i) | TJLP + 5,55% a.a. | 3.696 | 59.723 | 63.419 | 58.188 |
| (-) Custos de transação | | (73) | (309) | (382) | (1.140) |
| Subtotal - Votorantim | | 3.623 | 59.414 | 63.037 | 57.048 |
| Banco ABC (i) | TJLP + 5,3% a.a. | 2.534 | 40.799 | 43.333 | 39.771 |
| (-) Custos de transação | | (280) | (1.185) | (1.465) | (2.115) |
| Subtotal - ABC | | 2.254 | 39.614 | 41.868 | 37.656 |
| Banco do Brasil | 2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a. | 331 | 60 | 391 | 891 |
| Banco Safra | 2,5% a 10% a.a. TJLP + 5,7% a.a. | 12.088 | - | 12.088 | 39.490 |
| (-) Custos de transação | | - | - | - | (204) |
| | | 12.088 | - | 12.088 | 39.286 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | 34.484 | 729.784 | 764.268 | 727.556 |

(i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$1.369.143. Até 31 de dezembro de 2015, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$840.838.

a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., BES Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, Companhia possui aplicação financeira mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 27.937, remunerada a 100,5% do CDI, que se constitui em reserva real para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., BES Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A..

c) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) Capitalização de juros

A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram adicionados ao intangível em formação juros no montante de R\$ 7.861 (2014 - R\$ 27.654).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Até um ano | 63.827 | 84.108 |
| Acima de um ano e até dois anos | 64.585 | 48.930 |
| Acima de dois anos e até três anos | 65.956 | 59.798 |
| Acima de três anos e até quatro anos | 75.719 | 64.397 |
| Acima de quatro anos e até cinco anos | 85.874 | 69.431 |
| Mais de cinco anos | 443.441 | 440.799 |
| | 799.402 | 767.463 |
| (-) Custos de transação | (7.197) | (16.072) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | (27.937) | (23.835) |
| | 764.268 | 727.556 |

A mutação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

| | Moeda nacional | | Moeda estrangeira | | Total |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 11.553 | 562.555 | 24.139 | - | 598.247 |
| Ingressos | 36.400 | 145.515 | - | - | 181.915 |
| Encargos | 53.057 | 81 | 908 | - | 54.046 |
| Variação cambial | - | - | (1.226) | - | (1.226) |
| Transferências | 41.830 | (41.830) | - | - | - |
| Amortizações e pagamentos de juros | (69.737) | - | (23.821) | - | (93.558) |
| (-) Custos de transação | (204) | 2.334 | - | - | 2.130 |
| (-) Títulos e valores mobiliários | (13.998) | - | - | - | (13.998) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 58.901 | 668.655 | - | - | 727.556 |
| Ingressos | 4.000 | 96.780 | - | - | 100.780 |
| Encargos | 71.409 | 38 | - | - | 71.447 |
| Transferências | 44.228 | (44.228) | - | - | - |
| Amortizações e pagamentos de juros | (140.547) | - | - | - | (140.547) |
| (-) Custos de transação | 595 | 8.539 | - | - | 9.134 |
| (-) Títulos e valores mobiliários | (4.102) | - | - | - | (4.102) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 34.484 | 729.784 | - | - | 764.268 |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias e a serem realizados até 2018, prevê desembolsos de R\$582.693 (R\$558.770 em 31 de dezembro de 2014), sendo que R\$ 192.737 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2016. Essa provisão é revista anualmente pela Companhia em decorrência dos novos valores e projeções atuais.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|-------------|
| Em 1º de janeiro | 558.770 | 450.812 |
| Revisão orçamentária - complemento da provisão (i) | 190.887 | 425.408 |
| Adições ao intangível | 4.280 | 5.901 |
| Ajuste a valor presente | 14.358 | 14.324 |
| Investimentos realizados | (185.602) | (337.675) |
| Total | 582.693 | 558.770 |
| Circulante | (192.737) | (419.387) |
| Não circulante | 389.956 | 139.383 |

(i) Em 2015 e 2014 a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados. A variação positiva identificada na provisão se deve principalmente à revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. Essa alteração foi considerada como uma mudança de estimativa do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

13. Parcelamentos de dívidas com ANTT

Em 2014, a Companhia solicitou à ANTT o parcelamento de dívida constituída por débitos relativos a 6 (seis) infrações por descumprimento do Programa de Exploração Rodoviária ("PER") no montante total de R\$3.751, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais cujo deferimento foi efetuado mediante o pagamento da antecipação de 10% do montante da dívida objeto de parcelamento até o último dia para opção.

Adicionalmente, a Companhia solicitou à ANTT a atualização do débito total consolidado referente a outras 13 (treze) infrações por violação à legislação dessa Agência Reguladora no montante total de R\$8.351, bem como a autorização para pagamento em 59 (cinquenta e nove) parcelas mensais e sucessivas. No 1º semestre de 2015, a Companhia solicitou a inclusão de mais 4 (quatro) infrações no parcelamento no montante de R\$ 2.941. Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela SELIC referente a essas infrações no passivo circulante.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

13. Parcelamentos--Continuação

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado abaixo:

| | Lei nº 13.043/2014 | Resolução ANTT nº 3561/2010 | Total |
|----------------------------------|--------------------|-----------------------------------|----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 3.930 | 10.567 | 14.497 |
| Adições | - | 2.941 | 2.941 |
| Multa de mora | - | 648 | 648 |
| Juros de mora | 22 | 1.527 | 1.549 |
| Pagamentos | (285) | - | (285) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 3.667 | 15.683 | 19.350 |
| Circulante | (264) | (15.683) | (15.947) |
| Não circulante | 3.403 | - | 3.403 |

O valor dos débitos originais incluídos no parcelamento foi reconhecido como outras despesas operacionais e suas respectivas multas e juros de mora, líquidas das reduções legais, como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As parcelas de longo prazo possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

| | 2015 |
|---------------------------------------|-------|
| Acima de um ano e até dois anos | 264 |
| Acima de dois anos e até três anos | 264 |
| Acima de três anos e até quatro anos | 264 |
| Acima de quatro anos e até cinco anos | 264 |
| Mais de cinco anos | 2.347 |
| | 3.403 |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

| Base | Saldos em 31/12/2014 | Adições (exclusões) | Saldos em 31/12/2015 |
|---|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Margem de construção | (21.051) | 156 | (20.895) |
| Capitalização de juros | (17.613) | (1.778) | (19.391) |
| Ajuste encargos financeiros - apropriação AVP | 19.925 | 2.435 | 22.360 |
| Amortização do intangível provisionado | 14.377 | 5.486 | 19.863 |
| Diferenças de taxa de amortização | (5.735) | 174 | (5.561) |
| Despesas pré-operacionais a amortizar | 1.345 | (1.345) | - |
| Custos de captação de empréstimos - societário x fiscal | (5.465) | 3.018 | (2.447) |
| Provisão participação nos resultados | 126 | 412 | 538 |
| Provisão para contingências | 270 | 25 | 295 |
| Outras provisões | 517 | 273 | 790 |
| | <u>(13.304)</u> | <u>8.855</u> | <u>(4.448)</u> |

15. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2015 foi de R\$5.131 (2014 - R\$4.803), sendo essa recolhida mensalmente. A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$459 (2014 - R\$420).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito será no montante anual de R\$435, reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio.

O valor total gasto relativo à verba de fiscalização para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$6.382 (2014 - R\$6.333).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

15. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito--Continuação

Os compromissos assumidos pela Companhia para pagamento das verbas de fiscalização e de segurança no trânsito até o final do prazo de concessão estão demonstrados a seguir.

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Até um ano | 6.724 | 6.203 |
| Acima de um ano e até dois anos | 6.724 | 6.203 |
| Acima de dois anos e até três anos | 6.724 | 6.203 |
| Acima de três anos e até quatro anos | 6.724 | 6.203 |
| Acima de quatro anos e até cinco anos | 6.724 | 6.203 |
| Mais de cinco anos | 92.451 | 89.944 |
| | <u>126.069</u> | <u>120.959</u> |

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$591.516 (R\$369.781 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 429.121.766 (2014 – 230.259.301) ações ordinárias e sem valor nominal como demonstrado a seguir:

| | <u>Em milhares de ações ordinárias</u> | | | |
|---|--|---------------|-------------------|---------------|
| | <u>2015</u> | | <u>2014</u> | |
| | <u>Quantidade</u> | <u>%</u> | <u>Quantidade</u> | <u>%</u> |
| Acionistas | | | | |
| Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda. | 395.504 | 92,17 | 197.703 | 85,86 |
| Infravix Participações S.A. | 33.617 | 7,83 | 32.556 | 14,14 |
| | <u>429.121</u> | <u>100,00</u> | <u>230.259</u> | <u>100,00</u> |

Em 23 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), deliberou o aumento do capital autorizado da Companhia em R\$199.000, permitindo o aumento do capital social da Companhia, independente de reforma estatutária e até o limite autorizado, mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Em 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os seguintes aumentos de capital, os quais foram totalmente subscritos e integralizados pelo acionista Isolux Corsan Participações na Viabahia Ltda.:

| <u>Data</u> | <u>Valor do aumento de capital</u> | <u>Quantidade de ações ordinárias integralizadas em milhares</u> | | |
|-------------------------|------------------------------------|--|------------------------------------|----------------|
| | | <u>Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda.</u> | <u>Infravix Participações S.A.</u> | <u>Total</u> |
| 23 de fevereiro de 2015 | 37.900 | 37.900 | - | 37.900 (i) |
| 20 de maio de 2015 | 13.300 | 13.300 | - | 13.300 (i) |
| 30 de junho de 2015 | 30.160 | 30.160 | - | 30.160 (i) |
| 31 de julho de 2015 | 30.690 | 30.690 | - | 30.690 (i) |
| 24 de agosto de 2015 | 15.850 | 15.850 | - | 15.850 (i) |
| 30 de outubro de 2015 | 27.730 | 27.730 | - | 27.730 (i) |
| 30 de novembro de 2015 | 20.720 | 20.720 | - | 20.720 (i) |
| 21 de dezembro de 2015 | 22.512 | 21.450 | 1.062 | 22.512 (i) |
| 29 de dezembro de 2015 | 22.874 | - | - | - (ii) |
| | <u>221.735</u> | <u>197.800</u> | <u>1.062</u> | <u>198.862</u> |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

- (i) Integralizado via capitalização de AFAC e de dividendos de exercícios anteriores nos montantes de R\$191.349 e R\$ 7.512, respectivamente.
- (ii) Em 29 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovou o aumento de capital integralizado via capitalização de reserva para investimento e de reserva de incentivos fiscais nos montantes de R\$ 22.538 e R\$ 336, respectivamente. Adicionalmente, a AGE aprovou a consolidação do capital social no montante de R\$591.516 assim como deliberou um novo aumento do capital autorizado da Companhia em R\$200.000, permitindo o aumento do capital social da Companhia, independente de reforma estatutária e até o limite autorizado de R\$ 791.516, mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

b) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucros, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

c) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício 2015, a Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda. efetuou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), no valor total de R\$ 191.349, para fazer frente aos investimentos em obras da Companhia. Esse AFAC foi integralmente incorporado ao capital social da Companhia.

17. Receita operacional líquida

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|-----------------|----------|
| Receitas de pedágio | | |
| Numerários (i) | 108.325 | 107.558 |
| AVI - Sem Parar/ConectCar (ii) | 106.526 | 99.557 |
| Visa Vale (iii) | 14.791 | 14.643 |
| DBTRANS (iii) | 10.093 | 10.511 |
| Sobras de arrecadação | 95 | 98 |
| | 239.830 | 232.367 |
| Receitas acessórias | | |
| Receitas extraordinárias | 2.876 | 2.263 |
| Receitas de construção | | |
| Obras de infraestrutura (iv) | 232.830 | 451.818 |
| Tributos sobre serviços da operação | (21.048) | (20.322) |
| | 454.488 | 666.126 |

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP e ConectCar).
- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.
- (iv) Durante o 1º trimestre de 2015, na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 6% (para obras executadas por terceiros) ou 2% (para obras executadas pelo Consórcio Construtor Rodobahia) de margem, que refletia a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras. A partir de 1º de abril de 2015, a Companhia revisou suas estimativas e passou a reconhecer uma margem de construção de 2% também para as obras executadas por terceiros. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o padrão dos contratos de construção firmados junto a seus fornecedores externos.

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------------|------------------|-----------|
| Receita de obras de infraestrutura | 232.830 | 451.818 |
| Custos de construção | (226.956) | (431.962) |
| | 5.874 | 19.856 |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

18. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|------------------|-------------|
| <u>Custos de conservação</u> | | |
| Custos com pessoal | (2.755) | (2.928) |
| Serviços de terceiros (i) | (12.557) | (7.191) |
| Material, equipamentos e veículos | (1.432) | (1.881) |
| Manutenção | (169) | (2.318) |
| Outros gastos conservação | (573) | (538) |
| | (17.486) | (14.856) |
| <u>Custos de operação</u> | | |
| Custos com pessoal | (18.078) | (16.166) |
| Serviços de terceiros (i) | (25.314) | (25.049) |
| Material, equipamentos e veículos | (8.889) | (6.766) |
| Verbas de fiscalização e de segurança do trânsito (Nota 15) | (6.382) | (6.333) |
| Seguros | (2.209) | (2.142) |
| Depreciação e amortização | (54.903) | (38.321) |
| Outros gastos operação | (3.347) | (2.288) |
| | (119.122) | (97.065) |
| <u>Custos de monitoramento</u> | | |
| Serviços de terceiros | (2.094) | (2.350) |
| <u>Custos de construção</u> | | |
| Custos dos serviços de construção | (226.956) | (431.962) |
| Total | (365.658) | (546.233) |

- (i) Referem-se basicamente a serviços de limpeza, vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia.

19. Despesas gerais e administrativas

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|--|-----------------|-------------|
| <u>Despesas gerais e administrativas</u> | | |
| Serviços de terceiros (i) | (11.709) | (6.798) |
| Depreciação e amortização | (1.127) | (1.387) |
| Propaganda e publicidade | (1.185) | (1.024) |
| Material, equipamentos e veículos. | (571) | (458) |
| Despesas com pessoal | (8.614) | (5.717) |
| Arrendamentos e aluguéis | (827) | (728) |
| Gastos com viagens | (894) | (627) |
| Energia, telefone e correspondências | (464) | (364) |
| Ressarcimento de danos aos usuários | (150) | (120) |
| Associação de classe | (168) | (173) |
| Editais e publicações | (355) | (223) |
| Despesas com contingências | (74) | (424) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (1.930) | (1.775) |
| | (28.068) | (19.818) |

- (i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e contábil.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|--------------------------------|----------------|-----------------|
| Receita de sinistros (i) | 2.023 | 4.712 |
| Alienação do ativo imobilizado | 679 | - |
| Perdão de dívida | - | 11.009 |
| Multas regulatórias (ii) | (2.941) | (14.692) |
| | (239) | 1.029 |

- (i) No ano de 2015 a Companhia recebeu R\$ 2.023 da Seguradora Tokio Marine, referente ao ressarcimento dos gastos da recuperação do talude decorrente do desmoronamento na BR-324 e do rompimento do sistema de drenagem do Anel Viário de Vitória de Conquista, conforme prevê a apólice de seguro para riscos nomeados e operacionais.
- (ii) Em 2015 a Companhia incorreu em outras despesas operacionais relativas a infrações por descumprimento do PER no montante total de R\$ 2.941, enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela SELIC, referente a essas infrações no passivo circulante conforme (Nota 13).

21. Receitas e despesas financeiras, líquidas

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|-----------------|-------------|
| <u>Despesas financeiras</u> | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (71.447) | (54.046) |
| Capitalização de juros | 7.861 | 27.654 |
| Apropriação de AVP sobre provisão para investimentos | (14.358) | (14.324) |
| Variações cambiais | - | (877) |
| Perdas com operações com instrumentos financeiros (<i>Swap</i>) | - | (2.493) |
| Apropriação dos custos de transação | (9.134) | (3.075) |
| Contrato de outorga de garantias | - | (5.120) |
| Multas e juros de mora | (2.197) | - |
| Outras | (1.196) | (3.962) |
| | (90.471) | (56.243) |
| <u>Receitas financeiras</u> | | |
| Rendimentos de aplicação financeira | 3.762 | 3.060 |
| Variações cambiais | - | 2.103 |
| Ganho com operações com instrumentos financeiros (<i>Swap</i>) | - | 391 |
| Juros ativos | 201 | 56 |
| Outras | 47 | 66 |
| | 4.010 | 5.676 |
| Receitas (despesas) financeiras, líquidas | (86.461) | (50.567) |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

22. Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|-----------------|-------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | (26.599) | 49.519 |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota fiscal nominal de 34% | (9.044) | 16.836 |
| Incentivos fiscais | | |
| (-) Incentivo PAT | - | (139) |
| (-) Incentivo Sudene | - | (336) |
| Adições (exclusões) permanentes | | |
| Perdas | - | 199 |
| Despesas não dedutíveis | 345 | 195 |
| Outras, líquidas | (156) | 779 |
| Imposto de renda e contribuição social apresentados no resultado | (8.855) | 17.534 |
| Alíquota efetiva | - | 35,41% |

A composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findo de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se a seguir:

| | <u>2015</u> | <u>2014</u> |
|---|----------------|-------------|
| Imposto de renda e contribuição social correntes: | | |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes | - | 7394 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos: | | |
| Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias | (8.855) | 10.140 |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado | (8.855) | 17.534 |

23. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

23. Lucro por ação--Continuação

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

| | 2015 | 2014 |
|---|----------|---------|
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia | (17.744) | 31.985 |
| Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) | 311.431 | 149.121 |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação | (0,06) | 0,21 |

24. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

| | Contingências | | |
|-------------------------------|---------------|--------|-------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldos em 31 de dezembro 2014 | 394 | 400 | 794 |
| Constituição | 39 | 80 | 119 |
| Baixa/reversão | (45) | - | (45) |
| Saldos em 31 de dezembro 2015 | 388 | 480 | 868 |

| | Depósitos Judiciais | | |
|-------------------------------|---------------------|--------|-------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldos em 31 de dezembro 2014 | 432 | 1.386 | 1.818 |
| Adições | 359 | 319 | 678 |
| Baixas | 85 | - | 85 |
| Atualização monetária | 2 | 116 | 118 |
| Saldos em 31 de dezembro 2015 | 708 | 1.821 | 2.529 |

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de risco provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão no montante de R\$868 (2014 - R\$794).

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de risco possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 41.546 (2014 - R\$26.715), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Em 2011, o Ministério Público Federal da Bahia ingressou com uma ação civil pública contra a Companhia, através do processo número 0006049-88.2011.4.01.3304, tendo como objeto a não conclusão dos serviços previstos para os trabalhos iniciais de recuperação das rodovias sob sua concessão, com valor estimado em aproximadamente R\$1.000. A Companhia atendeu a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima como "possível" a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

24. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios-- Continuação

Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui 91 autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 97.283, decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas.

Adicionalmente, 32 ações foram ajuizadas na Justiça Federal do Distrito Federal contra a ANTT, objetivando a declaração, pelo Poder Judiciário, da nulidade de 40 autuações, que somam R\$ 28.751.

As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER");
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
e
- (d). Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, no qual solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos o êxito da Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliado como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até o momento já foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 54 processos, no montante total de R\$ 19.332. Apenas em 2015 foram arquivados 20 processo, no valor total de R\$ 4.479.

Conforme mencionado na Nota 13, em 2015, a Companhia solicitou a ANTT o parcelamento de 4 (quatro) autos de infração e notificações no montante total de R\$ 2.941, para os quais a expectativa de êxito por parte da Companhia, foi avaliada como remota.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de *benchmark* de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota 1.3.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota 11) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra, Caixa Econômica e Banco do Nordeste.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo:

| Operação | Risco | Cenário Provável (I) | Cenário Provável (II) | Cenário Provável (III) |
|------------------------------|--------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Empréstimos e financiamentos | Alta da TJLP | (54.608) | (68.260) | (81.912) |
| Empréstimos e financiamentos | Alta do CDI | (1.723) | (2.153) | (2.584) |
| Aplicações financeiras | Baixa do CDI | 5.686 | 4.265 | 2.843 |

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

| Operação | Risco | Cenário Provável (I) | Cenário Provável (II) | Cenário Provável (III) |
|------------------------------|--------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Empréstimos e financiamentos | Alta da TJLP | 7,0% | 8,8% | 10,5% |
| Empréstimos e financiamentos | Alta do CDI | 14,25% | 15,00% | 15,50% |
| Aplicações financeiras | Baixa do CDI | 14,25% | 15,00% | 15,50% |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

f) Análise de sensibilidade--continuação

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda", empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

| | Hierarquia do Valor Justo | 2015 | 2014 |
|---|------------------------------|------------------|-----------|
| Ativos financeiros | | | |
| Ativos ao valor justo por meio do resultado | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Nível 1 | 11.967 | 11.404 |
| Empréstimos e recebíveis | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | N/a | 1.929 | 1.316 |
| Contas a receber | N/a | 11.553 | 13.008 |
| | | 25.449 | 25.728 |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | N/a | (76.789) | (128.060) |
| Empréstimos e financiamentos | N/a | (764.268) | (727.556) |
| | | (841.057) | (855.616) |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014 pode ser assim sumariado:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|-------------|
| Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 11) | 764.268 | 727.556 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | (13.896) | (12.720) |
| Dívida líquida | 750.372 | 714.836 |
| Total do patrimônio líquido | 579.708 | 398.591 |
| Total do capital | 1.330.080 | 1.113.427 |
| Índice de alavancagem financeira | 0,57 | 0,64 |

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

26. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

| Riscos cobertos | Bens segurados | Montante cobertura | Vencimento |
|--------------------------------|--|---------------------------|---------------------------|
| Riscos de engenharia | Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324 | 75.957 | Março/2017 |
| Riscos nomeados e operacionais | Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324 | 22.500 | Setembro/2016 |
| Garantia de execução da obra | Infra-estrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008 Edificações, máquinas e equipamentos | 155.269 | Abril/2016 a outubro/2016 |
| Responsabilidade civil | Administradores da Companhia | 20.000 | Abril/2016 |

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativo ao escritório sede, localizado na Av. ACM, nº 3.244, Edifício Thomé de Souza, 16º andar, sala 1.601, Salvador-Bahia.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retro escavadeiras, roçadeiras e caminhões.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

. 27. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2016, a Diretoria da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – ANTT concedeu anuência prévia para a operação de transferência da participação indireta na Companhia para a PSPEUR divulgada na nota 1.1.

Em 31 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$10.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 10.000 mil ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela Isolux Corsán participações na Viabahia Ltda..

Em 18 de fevereiro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovou novo aumento de capital no montante de R\$196.000, mediante a emissão de 196.000 mil ações ordinárias, integralmente subscritas pela Isolux Corsán participações na Viabahia Ltda., devendo estas ações serem totalmente integralizadas até 31 de dezembro de 2016. Neste ato, a acionista Infravix Participações S.A., renunciou o direito de preferência sobre a parcela que lhe caberia do aumento de capital ora aprovado, assim concordando e aceitando a diluição de sua participação no capital social da Companhia.

Em função dos aumentos de capital retromencionados, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 797.516, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, dividido em 635.122 mil ações ordinárias e sem valor nominal.